

## PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA FLORESTAL

Karl H. Oedekoven \*

### Histórico

Em sua mensagem ao Congresso Nacional para 1971, o Presidente da República fez o seguinte pronunciamento:

“Objetivando melhor atender às necessidades de ampliação, conservação e utilização das reservas florestais do País, procedeu-se a modificação da legislação florestal para o fim, entre outros, de conceder incentivos fiscais a projetos de reflorestamento.

“Por ato específico do Executivo, equiparou-se esse incentivo aos demais estímulos fiscais. Como resultado, a concessão dos incentivos fiscais se constituiu no principal elemento motivador de atividades de reflorestamento por parte do setor privado, com marcante preferência dos contribuintes beneficiários de incentivos fiscais pelos investimentos em reflorestamento.

“Outrossim, visando possibilitar a melhor utilização do produto florestal a qual ainda tem sido exercitada predominantemente com vistas à produção de carvão vegetal, vem o Governo gerenciando junto a organismos internacionais a adoção de medidas que propiciem lucro satisfatório às exportações de pinho e outras espécies florestais.

“Fôrça é reconhecer, todavia, que ainda não foi atingido o objetivo prioritário de elevar o reflorestamento a níveis pelo menos suficientes à manutenção das reservas do País. Com esse fim, encontra-se em fase de implantação um projeto aprovado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que assegura a colaboração de especialistas internacionais em pesquisa florestal”.

Esta declaração define, com uma admirável franqueza, algumas deficiências no desenvolvimento florestal do Brasil que levaram o Governo a fazer um pedido oficial de assistência ao Progra-

ma de Desenvolvimento das Nações Unidas para o estabelecimento de uma organização integrada de pesquisa florestal.

Embora um número significativo de pesquisas tenha sido ou esteja sendo executado neste país, uma grande parte do trabalho é ainda incompleto, parcial e em bases não científicas. Os resultados da pesquisa nem sempre estão disponíveis e alguns campos da maior importância não foram, em nenhum momento, cobertos.

No entanto, um terço da população brasileira, vive em um ambiente onde existe um déficit de madeira. O fator que mais contribui para esta situação é, evidentemente, a grande extensão do país, que resulta em grandes distâncias internas para o transporte.

A crescente percepção dos problemas do abastecimento de madeira tem levado a uma expansão substancial do esforço de reflorestamento, dando-se maior atenção à identificação e introdução de espécies exóticas de rápido crescimento, visando particularmente o fornecimento de matéria prima para as indústrias de celulose e papel e chapas de madeira.

Entretanto, a despeito das estatísticas espetaculares, muitos desses projetos individuais de reflorestamento têm sido executados com espécies erradas, sementes erradas, ou em locais errados, até mesmo em regiões onde não há mercado de madeira e tudo isso é devido, principalmente, à falta de normas que só podem surgir de uma pesquisa sistemática.

Portanto, o que se requer agora, é que estes desenvolvimentos sejam controlados, para com isso assegurar que os recursos florestais sejam administrados de modo mais adequado e que o reflorestamento esteja efetivamente relacionado com as necessidades da indústria e do mercado.

No início de 1969, o IBDF promoveu três encontros regionais dos quais parti-

---

\* FAO' Diretor Internacional do Projeto BRA-45. Artigo transcrito do Brasil Florestal (II) 8-1971

cuparam as instituições, faculdades, companhias e pessoas ligadas à pesquisa florestal onde foi discutido e elaborado um programa futuro de pesquisa. O grande número de pessoas que participou destes encontros é talvez, a prova mais cabal da consciência geral da necessidade de pesquisas melhores e em maior número neste setor.

Há um apoio total à iniciativa do IBDF na coordenação dos esforços de pesquisa com evidente ênfase no desejo de fortalecer as atividades já em andamento e assegurar a orientação adequada a todas as medidas planejadas. Foi pedida a assistência das Nações Unidas através de um projeto baseado nos critérios acima mencionados.

Em janeiro de 1971, o Conselho Governamental do PNUD aprovou o pedido que havia sido submetido pelo Governo Brasileiro, e, reservou a quantia de US\$ 2.122.800 como Contribuição das Nações Unidas para a execução do projeto. O Governo Brasileiro comprometeu-se a dar a quantia de Cr\$ 12.533.200,00 para cobrir sua Contribuição enquanto contraparte.

Atualmente, o Plano de Operações já submetido ao Governo brasileiro e às Nações Unidas foi assinado em junho último.

### Objetivos

O propósito do projeto é dar assistência ao Governo na integração e expansão das atividades de pesquisa florestal nas três principais regiões florestais do Brasil: Amazônica, do Cerrado e da Araucaria.

As grandes e, por vezes, altamente desenvolvidas indústrias florestais da região Sul do Brasil, estão enfrentando sérios problemas de escoamento da produção enquanto que, ao mesmo tempo, a maior fonte de recursos — a floresta amazônica — continua virtualmente fechada e sem utilização.

Os cortes excessivos, as práticas agrícolas destrutivas e a ausência de processos de regeneração e reflorestamento têm também causado sérios problemas à conservação do solo e do regime de águas. É necessário, portanto, criar uma organização federal de pesquisa florestal que possa dar as instruções necessárias, já

que não há, presentemente, nenhum instituto capaz de fazê-lo em escala nacional.

Com estas exigências em mente, as atividades do projeto concentrar-se-ão no seguinte:

a) fortalecimento do IBDF através de assessoramento e treinamento de sua equipe técnica e profissional para a execução do trabalho de pesquisa e experimentação;

b) melhoramento das bases tecnológicas, biológicas e econômicas para o desenvolvimento das indústrias florestais do Brasil através da intensificação das atividades de pesquisa e desenvolvimento neste campo e sua coordenação em âmbito nacional;

c) expansão e melhoramento da introdução e manejo de espécies de rápido crescimento;

d) melhoramento da utilização nacional dos vastos recursos florestais do Brasil através da superação dos obstáculos técnicos e econômicos e outros que impedem atualmente o seu uso.

No contexto destas 4 amplas categorias de trabalho, será dada prioridade à região da Araucaria e da Amazônia, já que possuem a maior parte das florestas naturais, plantações artificiais e indústrias madeireiras. Subseqüentemente será dada importância à região do Cerrado em vista do desenvolvimento de seu potencial para necessidades futuras.

### Organização do Projeto

Logo que tenham sido construídos os prédios apropriados, o projeto estabelecerá sua Sede Central em Brasília, conjuntamente com o IBDF.

Esta sede central planejada, coordenará e analisará o trabalho de pesquisa florestal em âmbito nacional.

Subordinada a esta sede central, estarão as subestações, i.e.:

- 1 em Belém, Pará, para a região Amazônica;
- 1 em Curitiba, Paraná, para a região da Araucaria;
- 1 em Brasília, DF, para a região do Cerrado.

Estas 3 subestações executarão a pesquisa nos campos da silvicultura, manejo, economia, ecologia, tecnologia da

madeira, patologia, corte e transporte de madeira, processamento da madeira, marketing, biometria, legislação e administração e melhoramento de árvores. Para cada uma destas 12 disciplinas estará à disposição um perito internacional.

Além do trabalho na sede central e nas subestações, o projeto estabelecerá uma rede institucional através da qual poderá ser coordenado o trabalho de outras instituições, firmas e indivíduos que trabalhem em pesquisa florestal.

O projeto também servirá, portanto, como centro de orientação para todas as atividades neste campo.

### Programa de Operações

A duração total do projeto será de 5 anos, que serão divididos em 2 fases.

A Fase I, com duração de 3 anos, será dirigida, em termos gerais, no sentido do fortalecimento do IBDF; através de uma formação gradual de pessoal treinado; através de um forte programa de bolsa de estudos (com 36 anos de bolsas disponíveis); através do treinamento em serviço e os serviços de peritos estrangeiros; através da elaboração e implantação de programas de pesquisa, desenvolvimento e treinamento em colaboração com universidades, institutos e indústrias florestais; através da aquisição do equipamento e facilidades necessárias; através da coordenação de atividades conjuntas, apoiadas por fontes de assistência bilateral.

A segunda fase do projeto, que cobrirá seus dois últimos anos, deverá permitir a continuidade das atividades já iniciadas na Fase I, e também tratar de novos problemas que tenham sido identificados nesta Fase inicial e que sejam considerados importantes para o desenvolvimento do setor florestal da economia brasileira.

Será elaborado um plano de trabalho detalhado para a Fase II baseado nos relatórios apresentados pelos peritos e consultores durante a Fase I do projeto.

Uma característica especial do projeto será dar ênfase à tecnologia da madeira, como, por exemplo: investigação das características e propriedades das espécies de madeiras menos conhecidas ou desconhecidas da região Amazônica; estudos tecnológicos sobre as florestas subtropicais; melhoramento da produção de carvão; testes de secagem e preservação; etc.

Estas últimas atividades dependem do estabelecimento de um Laboratório Central de Produtos Florestais em Brasília.

### Conclusão

Em 1967, o Governo do Brasil criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) que é a fusão do antigo Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura, do Instituto Nacional do Pinho, do Instituto da Erva Mate e do Conselho Federal de Florestas.

A formação do IBDF e a passagem, na metade e fins da década de 60, de um número de medidas legislativas visando o controle do corte de madeira e o incentivo ao reflorestamento, marcaram o começo de esforços conjuntos do Governo para uma direção e controle precisos do setor florestal.

Cinco escolas florestais de nível universitário (Viçosa, Curitiba, Piracicaba, Rio de Janeiro e Santa Maria) estão formando engenheiros florestais. A falta de profissionais treinados que, no passado, contribuiu consideravelmente para a pobre situação florestal atual está, portanto, prestes a ser superada.

É um indício de uma decisão lógica na política do Governo, se agora dá ênfase à pesquisa florestal.

Resultados exatos e objetivos da pesquisa são, de fato, indispensáveis, se o setor florestal quiser se nivelar com os outros setores da Economia brasileira, que está se desenvolvendo rapidamente em várias frentes.